

Parecer nº 133/IEF/NAR PATROCINIO/2025

PROCESSO Nº 2100.01.0033404/2024-98

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Manoel Naves Cardoso	CPF/CNPJ: 170.442.356-20
Endereço: Rua Ronan Cardoso, 1.575	Bairro: Vila Nova
Município: Monte Carmelo	UF: MG
Telefone: (34) 98871-2423	CEP: 38.500-000
E-mail: fornazier.processos@gmail.com	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

() Sim, ir para item 3 (X) Não, ir para item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: Espólio de José Romildo Carneiro; Inventariante: Xavier Cordero Cuellar	CPF/CNPJ: 056.543.177-33
Endereço: Avenida Cesar Lattes, nº 1000, bloco 04, apto.801	Bairro: Barra da Tijuca
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ
Telefone: (34) 98871-2423	CEP: 22.793-329
E-mail: fornazier.processos@gmail.com	

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Pirapetinga	Área Total (ha): 311,5450
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 48.761	Município/UF: Monte Carmelo/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3143104-8CE8.B4A4.892B.4255.A7A1.214A.052F.B657	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo	9,2080	ha

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
			X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo	9,2080	ha	232.250	7.934.065

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Agricultura		9,2080

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado	Campo cerrado		9,2080

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha nativa		159,2688	m³
Madeira nativa		17,6572	m³

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 15/10/2024

Data da vistoria: 26/11/2024

Data de solicitação de informações complementares: 10/12/2024 e 15/06/2025

Data do recebimento de informações complementares: 12/12/2024 e 25/06/2025

Data de emissão do parecer técnico: 25/06/2025

2. OBJETIVO

É objeto deste parecer analisar a solicitação para supressão da cobertura vegetal nativa com destoca em área total de 9,2080 hectares, com fitofisionomia florestal de campo cerrado, em meio rural, para atividade de agricultura.

3.CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

O imóvel denominado Fazenda Pirapetinga, matrícula 48.761, localizado no município de Monte Carmelo, possui uma área total matriculada de 311,5450 hectares, 7,7886 módulos fiscais. A cobertura vegetal do município é de 21,41%, que se encontra no bioma Cerrado.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3143104-8CE8.B4A4.892B.4255.A7A1.214A.052F.B657

- Área total: 311,7647 ha

- Área de reserva legal: 62,3406 ha

- Área de preservação permanente: 18,5283 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 139,7229 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

A área está preservada e constitui-se de campo cerrado

- Formalização da reserva legal:

Existe uma reserva legal averbada à margem da matrícula 4.282 no Cartório de Registro de Imóveis, com área total de 10,0000 ha

- Número do documento:

R-03 - Mat. 4282

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

Dentro do próprio imóvel

- Quantidade de fragmentos de vegetação que compõem a área de reserva legal: 1

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida, e não foram utilizadas áreas de preservação permanentes no cálculo da reserva legal.

4.INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

4.1. A intervenção ambiental visa o desmate de vegetação de campo cerrado:

Área total a ser explorada: 9,2080 hectares.

Tipo de Amostragem: Casual estratificada.

4.1.1. Extrato 1: Parcelas 3 e 7.

Volume/hectare: 11,9169 metros cúbicos de lenha.

4.1.2. Extrato 2: Parcelas 4 e 6.

Volume/hectare: 13,6971 metros cúbicos de lenha.

4.1.3. Extrato 3: Parcelas 1 e 8.

Volume/hectare: 39,1439 metros cúbicos de lenha.

Volume total em 9,2080 hectares: 176,9260 metros cúbicos.

Espécies mais frequentes: Pau-terra, sucupira-preta, entre outras.

Finalidade do Produto/Subproduto: Uso na própria propriedade.

Conforme os dados extraídos do inventário florestal juntados ao processo pela Engenheira Florestal Liandra Prexede Ribeiro, CREA-363953 MG e ART Nº MG 20243357617 e da vistoria técnica realizada na propriedade em questão, foi constatado que ocorre a fitofisionomia classificada como campo cerrado.

A intervenção ambiental visa o uso alternativo do solo para a implantação de atividade de agricultura na propriedade. Pretende-se realizar a intervenção por meio da supressão da cobertura vegetal nativa com destoca, em uma área de 9,2080 hectares.

O rendimento lenhoso gerado a partir da supressão total da área total requerida é de 176,9260 m³, em 9,2080 hectares, que serão utilizados na própria propriedade, sendo 159,2688 m³ de lenha nativa e 17,6572 m³ de madeira nativa.

4.2. Taxas pagas:

Taxa de expediente: R\$ 707,48, paga em 26/09/2024.

Taxa florestal de lenha: R\$ 1.177,25, paga em 26/09/2024.

Taxa florestal de madeira: R\$ 871,65, paga em 26/09/2024.

5. RESTRIÇÕES AMBIENTAIS, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E VISTORIA TÉCNICA

5.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Muito baixa, conforme o Sisema IDE.
- Prioridade para conservação da flora: Muito baixa, conforme o Sisema IDE.
- Prioridade para conservação Biodiversitas:

Em consulta à Fundação Biodiversitas, verificou-se que a propriedade não está inserida em área com prioridade de conservação Extrema / Especial, de acordo com o Decreto Estadual 46.336/2013; e também conforme o Sisema IDE.

5.2 Das características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividade desenvolvida: Agricultura.
- Atividade licenciada: G-01-03-1, Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.
- Classe do empreendimento: Classe 1.
- Modalidade: Não passível de licenciamento.

5.3 Da vistoria técnica realizada:

- Datas: 26/11/2024.
- Acompanhante: Não houve.
- Características físicas:

Topografia: Relevo suave ondulado.

Solo: Latossolo.

Hidrografia: Área de preservação permanente do imóvel: 19,0301 hectares.

Bacia hidrográfica federal: Rio Paranaíba.

Microbacia: Rio Bagagem.

Biologia/Vegetação: Bioma cerrado, fitofisionomia florestal de campo cerrado.

6. ANÁLISE TÉCNICA

Do ponto de vista técnico, a intervenção ambiental requerida/solicitada no processo de 9,2080 hectares de desmate de campo cerrado, é passível de autorização, e engloba 3 estratos da fitofisionomia florestal de campo cerrado: Baixo, médio e denso.

6.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrerem durante a intervenção abrangem a área do empreendimento e seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo:

Impacto: Com a retirada da vegetação que cobre o solo existe a possibilidade de carreamento de partículas, bem como o aparecimento de sulcos de erosão na superfície do solo.

Medida Mitigadora: Não permitir que o solo fique exposto por longos períodos.

Impacto: Erosão.

Medida Mitigadora: Como o terreno é suave-ondulado, recomenda-se a construção de curvas de nível.

7. CONTROLE PROCESSUAL

Processo Administrativo nº: 2100.01.0033404/2024-98

Requerente: MANOEL NAVES CARDOSO

Referência: Supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo

I. Relatório:

1 - Trata-se o processo administrativo ora sob análise de requerimento de **SUPRESSÃO DE COBERTURA VEGETAL NATIVA em 9,2080 hectares** no imóvel rural denominado "Fazenda Pirapetinga", localizado no município de Monte Carmelo, matrícula nº 48.761, possuindo área total de 311,5450 hectares, fatos esses que, de acordo com o gestor do processo, foram devidamente verificados na vistoria realizada no local.

2 - Segundo o Parecer Técnico, a propriedade possui **62,3406 hectares de reserva legal**, declarada no CAR e aprovada pelo técnico vistoriador, que se encontra em bom estado de conservação e com quantidade acima do percentual mínimo legal de 20% do imóvel.

3 - A justificativa da intervenção é a implementação da atividade de agricultura, de acordo com o Parecer Técnico. Importante destacar a regularidade ambiental do empreendimento, nos moldes da DN nº 217/2017, sendo, portanto, considerada **não passível** de licenciamento ou licenciamento ambiental simplificado pelo órgão ambiental competente, conforme Certidão de Dispensa apresentada.

4 - Importante ressaltar que as informações apresentadas no processo são de inteira responsabilidade do empreendedor e/ou de seu (sua) representante legal.

É o breve relatório.

II. Análise Jurídica:

5 - De acordo com as informações prestadas no Parecer Técnico, o requerimento de intervenção ora sob análise **é passível de DEFERIMENTO**, conforme restará demonstrado adiante.

6 - No que tange ao pedido de supressão de vegetação nativa, prevê o **art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019** que:

Art. 3º - São consideradas intervenções ambientais passíveis de autorização:

I – supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo;

7 - Desta feita, tem-se que o presente pedido de autorização para intervenção ambiental encontra respaldo no **art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019**, tendo sido cumpridas todas as exigências legais e administrativas necessárias à sua análise, merecendo destaque que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal e outras).

8 - Impende ser ressaltado que caso existam indivíduos no local da intervenção que porventura possuam proteção especial prevista em lei só poderão ser suprimidos se atendidos os requisitos constantes do **art. 26 do Decreto Estadual nº 47.749/2019**.

III. Conclusão:

9 - Ante o exposto, considerando que o processo está devidamente instruído e com respaldo no Parecer Técnico, bem como ante o disposto no **art. 26 da Lei Federal nº 12.651/2012 e art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019**, o Núcleo de Controle Processual do IEF/Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba, do ponto de vista jurídico, **opina FAVORAVELMENTE à SUPRESSÃO DA COBERTURA VEGETAL NATIVA em 9,2080 ha**, nos moldes requeridos e aprovados tecnicamente, devendo o proprietário, contudo, promover o integral cumprimento das medidas mitigadoras e compensatórias estabelecidas no Parecer Técnico, caso existam, sob pena das sanções legais, e desde que a propriedade não possua área abandonada (art. 68 da Lei Estadual nº 20.922/2013).

10 - Importante destacar que, de acordo com o **art. 38, § Único, inciso I do Decreto nº 47.892/2020**, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional da URFBio Alto Paranaíba.

11 - Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, conforme **art. 7º do Decreto Estadual nº 47.749/2019**.

Fica registrado que o presente controle processual restringiu-se à análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo, através das informações prestadas no Parecer Técnico. Assim, o Núcleo de Controle Processual do IEF/Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada.

8.CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo DEFERIMENTO (INTEGRAL) do requerimento de 9,2080 hectares de campo cerrado, passíveis de autorização, localizados na Fazenda Pirapetinga, tendo como requerente Manoel Naves Cardoso.

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

R\$ 5.604,70, sendo R\$ 5045,35 de lenha e R\$ 559,35 de madeira.

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

- (X) Recolhimento à conta de arrecadação de reposição florestal
() Formação de florestas, próprias ou fomentadas
() Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

O Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental é válido mediante o cumprimento integral das seguintes condicionantes:

- Cumprir o projeto de recomposição de áreas degradadas e alteradas (PRADA) apresentado, juntamente com o respectivo cronograma físico, visando a regularização completa das áreas de preservação permanentes do imóvel.
- Respeitar rigorosamente os limites da área de reserva legal e das áreas de preservação permanente.
- Não extrair madeiras de corte proibido por lei, pequi e ipê amarelo e tampouco fazer uso de fogo sem a autorização do órgão ambiental competente.
- Não permitir que o solo fique exposto por longos períodos.
- Construir curvas de nível.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: **Edimar Antônio da Silva**
Masp: **1149443-2**

RESPONSÁVEL PELO CONTROLE PROCESSUAL

Nome: **Andrei Rodrigues Pereira Machado**
Masp: **1368646-4**



Documento assinado eletronicamente por **Andrei Rodrigues Pereira Machado, Coordenador**, em 21/07/2025, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edimar Antonio da Silva, Servidor**, em 19/08/2025, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **116718118** e o código CRC **4AEBBF1B**.